



Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC/Ubá
Graduação em Psicologia

AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA PARA A ANÁLISE DA IDENTIDADE QUILOMBOLA NA COMUNIDADE NAMASTÊ, EM UBÁ-MG

The contributions of Social-Historical Psychology to the analysis of quilombola identity in the Namastê community, in Ubá-MG

Igor Wagner Bernardo de Oliveira¹; Marília Barroso de Paula².

¹ Discente do curso de graduação em Psicologia da Faculdade Presidente Antônio Carlos - FUPAC/Ubá, Minas Gerais.

² Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Docente do curso de Psicologia da Faculdade Presidente Antônio Carlos - FUPAC/Ubá, Minas Gerais.

RESUMO

A Psicologia Sócio-Histórica é uma corrente da Psicologia que possibilita entender a respeito das interrelações entre o homem e o processo social que o cerca. O conceito de identidade, um dos objetos de estudo da Psicologia Social, acontece por meio do processo dialético de transformação do indivíduo que, como consequência, transforma, também, o seu meio. Diante de um contexto de particularidades históricas e sociais, as comunidades quilombolas presentes em nosso país há séculos ainda ocupam lugares no imaginário social que remetem aos tempos de escravidão. Tal realidade aponta o desconhecimento, em nossa cultura, sobre as diferentes formações históricas que a compõem. Assim, este trabalho tem por objetivo proporcionar um entendimento a respeito da identidade quilombola Namastê em Ubá-MG a partir do referencial da Psicologia Social. Para tanto, foi necessário a realização de uma pesquisa básica de caráter exploratório – descritivo, utilizando a abordagem qualitativa e realizando uma pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados obtidos apontaram que estes indivíduos vivenciam aspectos subjetivos, em que não é vivenciada uma identidade coletiva, podendo ser justificada pela tentativa de apagamento histórico. A umbanda, atualmente na figura de Maria Luiza, por meio da tradição oral, faz permanecer viva a identidade dessa comunidade, onde são transmitidos os conhecimentos, aprendizados e memórias às gerações posteriores.

Palavras-chave: Quilombo; Psicologia Sócio-Histórica; Comunidade Namastê.

ABSTRACT

Social-Historical Psychology is a stream of Psychology that makes it possible to understand the interrelationships between man and the social process that surrounds him. The concept of identity, one of the objects of the study of Social Psychology, takes place through the dialectical process of transformation of the individual that, as a consequence, also transforms his environment. In a context of historical and social particularities, the quilombola communities that have been present in our country for centuries still occupy places in the social imaginary that go back to the times of slavery. This reality points to the ignorance, within our culture, about the different historical formations that compose it. Thus, this work aims to provide an understanding of the Namastê quilombola identity in Ubá, Minas Gerais, from the Social Psychology referential. For such, it was necessary the accomplishment of a basic research of exploratory - descriptive nature, using the qualitative approach and accomplishing a bibliographical and documental research. The results obtained pointed out that these individuals experience subjective aspects, in which a collective identity is not experienced, which can be justified by the attempt of a historical erasure. Umbanda, currently in the figure of Maria Luiza, through oral tradition, allows the identity of this community to remain alive, where knowledge, learning, and memories are transmitted to subsequent generations.

Keywords: Quilombo; Social-Historical Psychology; Namastê Community.

Correspondência:

Nome: Igor Wagner Bernardo de Oliveira

E-mail: igorbernardo06@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Existe uma grande variedade de discursos sociais e políticos sobre os quilombos, cada um deles sustentado por um determinado grupo, situado em um tempo e lugar social, e que, a partir de sua compreensão, determinam diferentes interpretações e ações. Para os senhores de engenho do período colonial, o quilombo é entendido como um lugar de fuga de negros, já para os negros que buscavam a liberdade, o quilombo era entendido como um lugar de luta e resistência, enquanto que para o movimento negro, o quilombo pode ser entendido como uma organização de comunidades de pretos que resistem a mudar suas tradições e histórias e buscam assegurar seus direitos de terras diante do governo brasileiro. Para alguns cientistas sociais, o quilombo é definido como uma área de uso comum, mas, de todo modo, a população quilombola enfrenta um impasse que é o direito de afirmar sua identidade a partir de si, de seu modo de vida e não por meio de um outro: Estado, saber científico ou discurso oligárquicos (Fernandes *et al.*, 2020).

A comunidade quilombola Namastê, localizada no município de Ubá, Minas Gerais, vive o risco de um apagamento histórico. Não é encontrada qualquer referência a essa comunidade nos relatos históricos da cidade ou em sua região. É possível inferir que tal situação ocorre por uma busca em omitir a existência do colonialismo vivenciado de forma bruta bem como a negação dos movimentos de resistência da cultura de povos tradicionais brasileiros na microrregião (Viana, 2020).

Discutir sobre identidade quilombola a partir da Psicologia Social justifica-se devido a um passado de escravidão, lutas e fugas, que acarretaram a constituição de quilombos. O universo simbólico nos permite delinear uma lógica social em que a interação, o convívio e o isolamento influenciam na construção de uma identidade.

A presença de um quilombo em nossa microrregião impacta de forma direta o entendimento que a própria população tem a respeito de seus processos históricos, podendo, assim, valorizar a sua identidade social, incorporando parte de sua história até então apagada quanto a sua ancestralidade quilombola. Ao se tornar parte inserida de uma história, a esperança é que tal comunidade passe a ser reconhecida e valorizada.

Contudo, uma vez que ainda se percebe o descrédito atribuído às contribuições do Quilombo Namastê à história da região, este trabalho pretende, inicialmente, apresentar a proposta da Psicologia Sócio-Histórica como corrente da Psicologia e possibilita entender a respeito das interações entre este homem e o processo social que o cerca, utilizando o conceito de identidade que implica em um processo dialético de transformação do próprio

indivíduo, bem como em sua relação com seu maio. Em um segundo momento será analisado o surgimento das comunidades quilombolas, especificamente a comunidade quilombola Namastê, objeto desta investigação. Em um terceiro e último momento propõe-se entender a construção da identidade quilombola em uma região que não valoriza a sua existência, bem como os impactos disso em seus descendentes atuais.

A pesquisa tem como objetivo geral proporcionar um entendimento a respeito da identidade quilombola Namastê em Ubá-MG alicerçado do referencial da Psicologia Social, a partir de um escopo teórico fornecido pela Psicologia Social Crítica (ou Sócio-Histórica). Assim, o estudo consiste em uma pesquisa de caráter exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica e documental. A planificação da pesquisa inclui, em primeiro lugar, o levantamento dos autores da Psicologia Social para construção da base teórica deste trabalho e, em segundo lugar, a análise de produções bibliográficas e documentos a respeito da comunidade Namastê para a proposição do entendimento da construção da sua identidade.

Nesse sentido, a pesquisa em bases de dados Scielo e Google acadêmico se fez necessária, bem como a investigação documental com intuito de coletar dados sobre a comunidade Namastê de Ubá-MG. Para isso, utilizou-se bibliografias já publicadas sobre a comunidade, bem como o livro escrito por Maria Luiza, mestra da comunidade. Esse livro pode ser considerado um documento por se tratar de material sobre a história da comunidade. No site oficial da Prefeitura Municipal de Ubá não há qualquer menção a respeito da citada comunidade.

DESENVOLVIMENTO

O conceito de identidade a partir da Psicologia Social brasileira

De acordo com Bock (1999), a Psicologia surge no Brasil no período colonial, considerando que a chegada da Corte Portuguesa acarretou grandes mudanças sociais, inclusive a proliferação das doenças infecciosas que propagaram as ideias de higienização, saneamento físico e moral da sociedade. Nesse contexto, os saberes psicológicos aparecem em produções médicas para caracterizar as doenças da moral, presentes nos pobres, nas meretrizes e nos loucos.

A primeira República, por sua vez, marca o início da caracterização da Psicologia como área, dando fundamentos e elementos para o desenvolvimento de novas ideias educacionais, enquanto que no século XX surgem as noções de diferenciação entre as pessoas

a partir da ideia de capacidades inerentes aos indivíduos. É somente em 1962 que a Psicologia se torna institucionalizada, através da lei 4119, que regulamentou a profissão no Brasil (Strey *et al.*, 2013)

Na década de 80 aconteceu a abertura do mercado de trabalho no serviço público de saúde para os Psicólogos, sendo necessário reinventar uma Psicologia para atender a necessidade da população e acarretando a criação da Federação Nacional dos Psicólogos, no contexto dos Conselhos Regionais, produzindo material escrito sobre a profissão e organizando Congressos. Nesse sentido, os Psicólogos, ingressando no movimento da saúde e sendo ativos no movimento da luta antimanicomial, começaram a refletir sobre a relação da Psicologia com a realidade social. Já no momento atual, percebe-se um compromisso social mais alinhado entre a sociedade e a Psicologia (Bock, 1999).

Strey *et al.* (2013) relata que nas décadas de 60 e 70 emerge a Psicologia Social que passaria a incorporar as características próprias de sua cultura e história, os povos latino-americanos. Até então, a Psicologia Social seguia um rumo muito parecido àquela que acontecia nos Estados Unidos, mas é somente no final da década de 1970 ela passou por uma crise de referência. Como pontos dessa crise estavam a dependência teórico-metodológica, a simplificação e superficialidades das análises de temas, a não preocupação política com as relações sociais no país e na América Latina como outros pontos. A partir dessas modificações, em 1980, surge a ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), decorrente da necessidade de romper com a Psicologia Social cientificista norte-americana. Tal ruptura aconteceu por meio de alguns pesquisadores, dentre eles a Silvia Lane¹ e Wanderley Codo². Enquanto isso, a ditadura militar era o contexto do nascimento da Psicologia Social brasileira.

Hoje a realidade parece ser outra, pois os países latino-americanos conseguiram construir uma produção em Psicologia Social que não deixa a desejar se comparada à produção do restante do Ocidente: contextualizada, histórica, preocupada com a cultura, valores, mitos e rituais, já não se vê a necessidade de importações de teorias e métodos cientificistas (Strey *et al.*, 2013).

¹ **Silvia Tatiana Maurer Lane**, (1933-2006), é considerada uma das mais importantes teóricas da Psicologia Social Brasileira. De 1980 a 1983, atuou como presidente da ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), além de ser um dos membros fundadores dela.

² **Wanderley Codo**, concluiu o doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1981. Atualmente é professor titular da universidade de Brasília, orientou várias teses de mestrado e doutorado. É autor e desenvolveu uma concepção de Psicologia do trabalho que aplicou em pesquisas e publicações ao longo dos anos desde 1981.

Bock (1999) cita que o contexto econômico, político e as condições de vida do povo brasileiro caracteriza as necessidades e as demandas para os Psicólogos (as) atuarem com compromisso social. A atuação do Psicólogo não se limita ao serviço em consultórios particulares e nem se justifica com a frase de que sofrimento psíquico é igual para todos (ricos e pobres).

Saindo do modelo médico de fazer Psicologia, o trabalho do Psicólogo deve orientar para a transformação social, para a mudança das condições de vida da população brasileira, intervindo de maneira mais ampla, compreendendo o sujeito a partir da realidade que o cerca. Dessa forma, assumir um compromisso social dentro da Psicologia é romper com 500 anos de desigualdade social que caracteriza a história brasileira (Bock, 1999).

A Psicologia Social é um campo de interface entre a Psicologia e a Sociologia, sendo majoritariamente alicerçada como ramo ou especialidade da Psicologia, influenciada pelas características e mudanças acarretadas nas realidades individuais (Benedito & Fernandes 2020). Em 2003, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) reconheceu a Psicologia Social como especialidade da Psicologia que se caracteriza por um conjunto de saberes e práticas que enfatizam as relações interpessoais e sociais.

De acordo com Delmondez e Pulino (2014), o conceito de identidade torna-se objeto de estudo central da Psicologia Social, uma vez que faz parte de uma das principais inquietações do sistema: a relação entre o indivíduo e o grupo. Em conformidade com Furtado *et al.* (2014), a compreensão da identidade parte do entrelaçamento da estrutura com o sujeito e é definida pelo sentimento de pertencimento deste por meio da troca de conteúdo simbólico-afetivo com os outros, o grupo. Essa posição representa o caráter ativo do sujeito e a subjetividade dinâmica que cria a sua identidade em função de fatores situacionais, históricos e sociais.

O conceito de identidade se constitui enquanto uma qualidade particular a partir da qual as pessoas entendem a si próprias, se organizam e se configuram. Ela acontece como um processo: sendo construída e reconstruída, mas um trabalho junto e dentro da cultura, pois as histórias de vida refletem os valores e as normas das sociedades dentro das quais elas foram construídas (Delmondez & Pulino 2014).

Conforme Furtado *et al.* (2014), a identidade entrelaça o sujeito ao contexto no qual está inserido, em que o conceito envolve a compreensão do processo pelo qual um grupo de pessoas constitui-se identificatoriamente. Quando compartilham significados e objetos simbólicos como a língua, história, religião, interesses, gostos e culturas, tal processo

acontece, já que o pressuposto identitário permite que os indivíduos se posicionem de forma diferenciada diante da sociedade individualmente ou em grupo.

A identidade Quilombola

Segundo Freitas (2011), a palavra “quilombo”, em etimologia *bantu*, quer dizer “acampamento guerreiro na floresta”. Schwarcz (2018), no livro “Dicionário da escravidão e liberdade”, ressalta que foram reconhecidas várias formas de resistência pelas sociedades escravistas, destacando as comunidades de fugitivos que receberam, inicialmente no Brasil, o nome de “mocambos”, para depois serem denominados quilombos.

Fernandes (2020) enfatiza que, para os senhores de engenho do período colonial, o quilombo era compreendido como lugar de negros fugidos. Ainda conforme Fernandes (2020), para os negros que buscavam liberdade, o quilombo era compreendido como lugar de luta e resistência, território coletivo de apropriação de terras que lhes possibilitavam a igualdade entre seus pares. Em consonância, Schwarcz (2018) traz que a legislação colonial de 1740, instituída pelo conselho Ultramarino, conceitua o quilombo como sendo toda habitação de um grupo de pretos fugidos.

A caracterização de um grupo como remanescente de quilombo baseia-se nos elementos comunitários de identidade étnico-racial, territorialidade e autonomia. O território quilombola engloba três aspectos subjetivos: o físico, que se dá pelas relações que os moradores estabelecem com o espaço geográfico do quilombo; o simbólico, caracterizado pelos sentidos atribuídos a esses espaços; e o subjetivo, caracterizado pelas relações estabelecidas. Os quilombolas, enquanto grupo, compartilham valores, crenças e, sobretudo, uma identidade coletiva (Sales & Edmundo, 2020).

Furtado *et al.* (2014) salienta que as comunidades quilombolas são múltiplas, variadas e se encontram distribuídas em todo o território nacional, considerando que há comunidades que se localizam no campo e outras na cidade, sendo denominadas de quilombos urbanos. Por meio de fortes laços de parentesco e herança familiar, essas comunidades se constituem e se afirmam na luta pela liberdade. Em conformidade, Batista (2019) revela que as comunidades localizadas fisicamente nas áreas rurais vivem em um relativo grau de isolamento geográfico e social.

De acordo com Souza (2008), o Brasil traz em sua história o tráfico e comércio de pessoas vindas de várias partes da África e, além disso, foi o país que por último aboliu legalmente a escravidão e o que mais importou escravos. Em consonância, Félix *et al.* (2019) revela que a história da diáspora negra no Brasil é marcada pelo tráfico de quatro milhões e

novecientos mil homens e mulheres. Os primeiros africanos chegaram ao Brasil em 1554, levando em conta que dentre os escravos brasileiros havia, em sua maioria, negros africanos e, ainda que existissem índios, estes eram escassos nos trabalhos mais pesados. Essa condição incluía práticas de tortura, surras e castigos praticados pelos brancos contra o corpo negro.

Para Souza (2008), os anos de escravidão refletem boa parte da realidade sócio-econômica-cultural da sociedade brasileira, pois os anos de práticas exploratórias colonialistas imbuíram, na memória social brasileira, traços e costumes próprios presentes no falar, no vestir, no corpo, nas expressões, nas organizações políticas e religiosas, tais como os terreiros de candomblé, o sincretismo religioso e os quilombos.

Os quilombos do Brasil foram uma reconstrução do quilombo africano, organizados em uma tentativa de enfrentar a estrutura escravocrata, criando estratégias de proteção aos povos oprimidos, já que, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não-povoados, geralmente de difícil acesso. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em uma espécie de campos de iniciação à resistência, abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial (Sales, 2020).

De acordo com Freitas et al. (2011), pensar em uma comunidade quilombola pode levar a um impulso quase inconsciente de imaginar um local habitado por negros que, numa luta sangrenta, buscam a liberdade com a fuga, retirando-se do campo mais direto de batalha para continuarem em outras frentes de luta. De todo modo, a casa grande e a senzala sempre foram espaços de organização e luta política.

Segundo Souza (2008), durante o período da escravidão ocorreram muitos protestos e insurreições contra a dominação, na busca pela sobrevivência em um país com costumes diferentes dos oriundos da África. Em conformidade, Furtado *et al.* (2014) citam que se convencionou chamar de quilombo as manifestações típicas da insubordinação negra. Contudo, um quilombo representa uma forma de sobrevivência e luta contra a escravidão diante das repressões evidenciadas. A existência dos quilombos evidencia que a escravidão ocorreu a partir de relações violentas e hostis e, além disso, ressalta a evidência desse momento na constituição e formação histórico-cultural da identidade brasileira.

Uma comunidade quilombola é descrita a partir de uma política fundada pela Fundação Cultural Palmares (FCP)³, que tem como objetivo identificar e propor, por meio de laudo antropológico, o tombamento de sítios e populações remanescentes de quilombos. Para

³ Órgão do governo federal cuja fundação foi autorizada em 1988 e a materialização se deu em 1992, no governo Itamar Franco.

que ocorra este reconhecimento pelo Estado é preciso uma certidão de autodefinição da Fundação Cultural Palmares, pois como prevê o artigo 3º da portaria nº 98/2007 do órgão:

Art. 3º Para a emissão da certidão de autodefinição como remanescente dos quilombos deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

I - A comunidade que não possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata de reunião convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria de seus moradores, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;

II - A comunidade que possui associação legalmente constituída deverá apresentar ata da assembleia convocada para específica finalidade de deliberação a respeito da autodefinição, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, acompanhada de lista de presença devidamente assinada;

III- Remessa à FCP, caso a comunidade os possua, de dados, documentos ou informações, tais como fotos, reportagens, estudos realizados, entre outros, que atestem a história comum do grupo ou suas manifestações culturais;

IV - Em qualquer caso, apresentação de relato sintético da trajetória comum do grupo (história da comunidade);

V - Solicitação ao Presidente da FCP de emissão da certidão de autodefinição.

§2º A Fundação Cultural Palmares poderá, dependendo do caso concreto, realizar visita técnica à comunidade no intuito de obter informações e esclarecer possíveis dúvidas (Brasil, 2007).

Desta forma, é possível conceituar o termo “identidade quilombola” a partir das representações provenientes do ambiente coletivo que os sujeitos compartilham bem como de suas identificações com valores e significados socialmente edificados. O posicionamento coletivo neste contexto histórico-cultural é produzido a partir do reconhecimento dos sujeitos como grupo, pelo compartilhamento de histórias, valores e costumes que os remetem a um passado comum. O tratamento violento dado aos escravos enfatizou a escravidão na constituição e formação da identidade quilombola como um representante de sua cultura, introjetando vários aspectos desta realidade às subjetividades dos indivíduos (Furtado *et al.*, 2014).

Segundo Fernandes *et al.* (2020), após a Constituição Federal de 1988, a construção da identidade quilombola se apresenta como processo político a partir da ressignificação do conceito de quilombo, por meio de uma releitura que atualiza as disputas políticas do passado

para a realidade local das atuais comunidades quilombolas, desvendando esses territórios como lugares de resistência marcados por trajetórias históricas de luta contra a opressão.

Furtado *et al.* (2014) citam que os povos não brancos sofreram um ataque ao reconhecimento por serem considerados primitivos, ignorantes e supersticiosos, sendo relegados ao esquecimento. Esse ataque reflete na identidade e constituição subjetiva desses sujeitos, com a identidade quilombola erigida como luta e resistência: antigamente contra a prisão e o jugo, hoje contra a invisibilidade e negação da existência desses sujeitos como quilombolas. No entanto, os quilombos que ainda existem no Brasil foram montados em uma tentativa de não abraçar uma identidade hegemônica. Em conformidade, Fernandes *et al.* (2020) afirmam que a continuidade e a sobrevivência dos quilombos contemporâneos passam pela necessidade de buscar respeito e dignidade na formação da identidade criada no enfrentamento político.

Comunidade Quilombola Namastê De Ubá

Localizada na Zona da Mata, no sudeste de Minas Gerais, a cidade de Ubá/MG passou de uma área essencialmente agrícola para uma das maiores regiões de indústrias moveleiras do país e, de acordo com IBGE, a população de Ubá/MG, em 2021, era de 117.995 pessoas, com PIB *per capita* de R\$26.420,58.

No site da prefeitura municipal de Ubá é publicada a sua história e a evolução, possuindo como um dos pontos importantes a origem da palavra Ubá do tupi-guarani, que significa canoa de uma só peça escavada em tronco de árvore. A colonização da bacia do Rio Pomba deu-se, inicialmente, a partir da decadência das atividades de mineração.

Como traz a história oficial da cidade, percebe-se que a região tinha a presença de diversos povos indígenas que, em sua maioria, foram catequizados por volta do século XVIII com as doações de sesmarias e, como de costume no período colonial, aqueles que lutaram e resistiram à catequização geraram conflitos que resultaram em suas mortes.

De acordo com o site da prefeitura de Ubá-MG, a cidade tem como marco histórico em sua constituição como povoado a construção da Capela de São Januário, que com seu crescimento veio a se tornar a primeira paróquia da região, a Paróquia de São Januário. Com a ocupação da cidade, mesmo antes de sua fundação datada de 3 de julho de 1857, tem-se a formação e a implementação de fazendas, pois foi assim que suas práticas começaram a movimentar economicamente o que se conhece ali como a Zona da Mata inteira e como conhecido costume da época colonial, as fazendas tinham a presença de diversos povos

africanos escravizados: *O desenvolvimento do povoado se deu gradativamente ao redor da Paróquia e em direção à estrada que levaria à Guarapiranga, onde foram edificadas as primeiras residências em sapé. Esse povoado recebeu o nome de São Januário de Ubá. Devido ao desenvolvimento da paróquia e das atividades dos habitantes, principalmente a cultura do café, em 1854 o povoado recebeu o foro de Vila e, em 1857, foi elevada à categoria de cidade com o nome de Ubá. [...] O escravo tornou-se peça fundamental para o desenvolvimento agrícola da região, chegando a valer nessa época, mais do que 30 alqueires de terra. [...] Somente após 1810, houve incentivo ao tráfico de escravos que, com sua capacidade de cultura à terra e seu adestramento nos trabalhos da Casa Grande, contribuíram bastante para a economia cafeeira de Ubá* (Prefeitura de Ubá, 2010).

Em sua pesquisa, Viana (2020), revela que a cidade recebeu imigrantes italianos por volta do final do século XIX, período esse dividido em duas fases: uma primeira em que vieram imigrantes do sul da Itália que teriam ajudado na estruturação de Ubá como cidade e uma segunda em que receberam italianos do norte da Itália, após 1888, em que tais imigrantes ocuparam o lugar designado aos povos escravizados. Entretanto, a grande diferença está no tratamento humanizado, considerando-os trabalhadores, garantindo-lhes condições dignas e pagamento por seu trabalho. A diferença de tratamento é uma característica própria dessa imigração europeia para o Brasil em um momento pós escravatura, tendo em vista que a comunidade europeia foi idealizadora das noções de racialização que se fizeram presentes nos territórios e povos colonizados.

“Os imigrantes tiveram importantes participações na evolução do município sob os aspectos político, econômico e social, tendo sido um dos poucos municípios do estado, onde os italianos permaneceram após a crise agrícola no país, com a queda do preço do café. Nesta época, houve grande fuga dos colonos, principalmente italianos, que saíram do Estado de Minas Gerais em direção ao Estado de São Paulo” (Prefeitura de Ubá, 2010).

Viana (2020) traz que a história oficial contada pela prefeitura de Ubá-MG, instituição do poder executivo da cidade, trata de forma discriminatória a história da presença de indígenas e povos negros escravizados na região, omitindo não somente as práticas cruéis da escravidão negra em Ubá, mas também a tratando de forma animalizada usando termos como “adestramento” ao falar desses povoados negros na condição de escravos nas fazendas de lá. Essa atitude se reflete em prática no poder público da cidade, uma vez que nem a história oficial e nem a prefeitura procuram assumir a existência dos descendentes dos povos escravizados como remanescentes de comunidade quilombola. A cidade ainda se encontra nessa exata situação.

A história e postura oficial que se encontra na cidade diverge com a história conhecida e vivida por Luiza e seus antepassados como relata inclusive em sua obra — *Quilombola: Lamento de um Povo Negro* (2015). A líder quilombola apresenta outros relatos sobre como dentro das fazendas, em especial a Fazenda Liberdade, começou a formação de quilombos em segredo com práticas tradicionais de medicina, alimentação, capoeira e até mesmo de umbanda (Silva, 2020).

Maria Luiza Marcelino, nascida em Ubá, é mulher, negra, quilombola e a Presidente da associação quilombola Namastê, Presidente do Centro Espírita Caboclo Pena Branca, Mestre da Cultura popular titulada pelo Ministério da Cultura, Mestre de Saberes Tradicionais pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2017, Assessora da Comissão Estadual da Verdade sobre a escravidão negra e sobre o combate ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil, membro do Conselho do Gymnásio São José, Presidente do Conselho de ética do Movimento Negro Unificado de Juiz de Fora, Presidente de Ética do Movimento Religioso Feijão de Ogun, em Juiz de Fora, Integrante da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, Presidente da Associação dos Terreiros Tradicionais do Estado de Minas Gerais, Vice-presidente do Conselho Municipal de igualdade racial de Ubá e Colaboradora do MAR – Museu de Arte do Rio de Janeiro (Viana, 2020).

Sobre a atribuição do nome Namastê ao quilombo e à Associação Quilombola, Luiza relata para Silva (2020), que Namastê era uma palavra falada todas as manhãs por seu avô, Antenor, aos seus netos e filhos e significava “o Deus que está em mim, está em você”.

Ainda sobre a comunidade Quilombola Namastê de Ubá, Silva (2020) cita: *Luiza me contou que seriam cerca de 300 famílias quilombolas espalhadas pelo bairro da Luz localizado na periferia da cidade de Ubá. Sua família, bem grande, vive próxima dela, alguns até no mesmo terreno* (Silva, 2020).

São escassas as informações sobre a história e origem da Comunidade Quilombola Namastê-Ubá/MG, por isso, Viana (2020) faz menção à reportagem sobre a Fazenda Liberdade, da TV UM (2011), Rede Minas, e cita informações encontradas no site da prefeitura da cidade, já que a reportagem mostra os vestígios históricos da escravidão na cidade de Ubá e as ruínas da Fazenda Liberdade que hoje não existe mais: a atividade econômica principal da época era a produção de cana de açúcar e do café; o velho casarão possuía equipamentos dos escravizados, que também atendiam aos proprietários do local; a Fazenda recebe o nome de Liberdade por ser uma das primeiras a alforriar seus escravos em Minas Gerais; as paredes da senzala eram sustentadas por estrutura de madeira e ferro,

apresentando sinais de destruição; e o casarão abandonado e o cemitério de escravos são o que restou da história (Viana, 2020).

A narrativa produzida na comunidade Namastê-Ubá é baseada na história oral e no material transmitido de geração em geração e, por representar uma perspectiva marginalizada, escapa à chamada historiografia oficial. A forte economia de Ubá certamente se deve aos processos históricos em que trabalhadores indígenas, negros e imigrantes foram usados e explorados. Quanto ao papel dos negros no fortalecimento dessa economia, pouco é descrito nas fontes institucionais/oficiais. Tais dados foram completamente apagados no discurso sobre sua importância para o crescimento da cidade. A presença indígena aparece com intensidade nos primeiros momentos de ocupação dessas terras, marcando nomes de rios, terras e plantas (Viana, 2020).

Em sua investigação, Silva (2020) aponta que as informações históricas no site da prefeitura naturalizam a chegada dos escravos na cidade, sem dizer que destino tiveram, que contribuição deram para o crescimento da cidade, quais práticas de discriminação ou violência sofriam na sociedade, também não há nenhum relato sobre suas mortes. O texto, por outro lado, trata da imigração de trabalhadores italianos e suas conquistas na construção do município. Se no início o escravo era uma mercadoria de alto custo, logo depois, devido à mão de obra imigrante, perdeu seu valor. Compreende-se, pelos relatos, que a desvalorização do trabalho escravo fez com que os escravos fossem apagados da história da cidade e expostos a condições socioeconômicas extremamente desiguais.

Em meio à lacuna histórica no registro dos negros escravizados em Ubá, e não apenas pelo uso da oralidade como ferramenta eficaz contra a oportunidade de alfabetismo, reconhece que a origem e tradição da comunidade Quilombola Namastê circula pelos quilombolas de forma matrilinear, que agora é confiada a Luiza.

Nas palavras de Luiza, o quilombo de Ubá foi constituído por meio da escravização de negros em lavoura de café, canavial e em outras atividades rurais realizadas em fazenda localizada na cidade de Ubá no período colonial, e afirma ainda que:

O sofrimento da minha família começou em 1836 na fazenda da Liberdade localizada na zona rural do município de Ubá, Minas Gerais. Minha tataravó Luz Divina era escrava dessa fazenda e trabalhava na lavoura de café, tinha 15 filhos com seu companheiro Leôncio que era cortador de cana. Cinco Filhos deles foram trocados pelo fazendeiro, pois ele estava precisando de uma junta de boi. Então trocou os filhos de Luz Divina pela mercadoria. Além de ter cinco filhos já trocados, perdeu outro filho no tronco sem poder fazer nada. Pois os negros da época se não obedecesse às ordens dos senhores eram amarrados no tronco e castigados, e alguns apanhavam até a morte. E muitas vezes era o jeito de botar

medo nos escravos que não queriam obedecer aos seus senhores. E esta fazenda era exemplar todos os negros que não queria obedecer a seus donos eram mandados para fazenda, lá eles obedeciam ou morriam (Marcelino, 2015, p. 03).

Ainda neste sentido, Viana (2020), relata que a família de Luiza tem origem nos povos pretos escravizados durante o período colonial. Nessa mesma época teria começado a formação da comunidade quilombola, fato apagado pela historiografia considerada oficial e reproduzida pelo poder público.

Viana (2020) ressalta que a Comunidade Namastê foi formada na zona rural e não na fazenda da época do regime escravocrata, por causa do conflito com os fazendeiros de Ubá (a referida área foi posteriormente urbanizada e hoje se encontra o Bairro da Luz, em Ubá). O autor revela que esta breve parte da história sobre o surgimento da comunidade quilombola e da ação espiritual, observada devido a presença de terreiros de umbanda, mesmo em tempos pré-abolição, não faz parte da história oficial da região. Por mais absurda que se confirme a existência de um regime escravista em Ubá, a ideia de que uma comunidade negra quilombola se formou nessa época, e que resiste até hoje, é tão absurda quanto os esforços de apagamento e destruição dela (Viana, 2020).

Silva (2020) salienta que o quilombo de Ubá, através do trabalho espiritual de Luiza, atende os que, em desespero, a procuram. Os feitos do quilombo perduram no tempo por meio de trabalhos de orientação à espiritualidade. De forma centenária, as atividades da Comunidade Quilombola Namastê se dedicam em atividades filantrópicas e, mesmo assim, esta comunidade enfrenta as tentativas de invisibilidade e de apagamento histórico da importância do negro e quilombola para a cidade de Ubá.

O terreiro da QCN-Ubá/MG se manteve, ao longo da história, a partir de variados locais de atividades espirituais, certamente, por razões voltadas às condições de escravização na região: a senzala, as matas e, atualmente, o espaço reservado ao lado da casa de Luiza trouxeram possibilidade de sobrevivência à prática religiosa da comunidade. Ainda sobre o terreiro Centro Espírita Caboclo Pena Branca, que tem mais de 250 anos, há relatos orais que apontam ser o primeiro da Zona da Mata, em Minas Gerais (Silva 2020). Em concordância Viana (2020), cita que a comunidade tem uma liderança e ocupação ligadas ao período de escravidão na Fazenda Liberdade.

Identidade do Povo Quilombola Namastê

Conforme Viana (2020), o município de Ubá, considerado um dos polos moveleiros de Minas Gerais, foi, no passado, ocupado por fazendas de diversos cultivos durante o regime

escravocrata. Na modernidade, como exemplo do racismo estrutural e falta de inclusão da população negra na sociedade no momento pós-colonial e pós-escravocrata, as moradias para população negra localizam-se, na sua grande maioria, nas periferias e próximo à Luiza, no conhecido Bairro da Luz. A líder política se propõe a estar presente no poder público para garantir que sua comunidade, bem como a população negra de Ubá, seja vista pelo Estado, salientando as necessidades básicas para sobrevivência dessas populações.

Silva (2020) relata a invisibilidade que recai sobre o quilombo, chegando a práticas de hostilidade de alguns representantes do setor público local ao não demonstrar interesse e sensibilidade em valorizar um patrimônio cultural brasileiro personificado na figura de Luiza. O autor relata a visão intolerante da administração pública ao afirmar desconhecimento sobre a importância das comunidades quilombolas na busca por uma vida digna.

Dentro da Comunidade Quilombola existe a Escola Estadual Governador Valadares, que ganhou reconhecimento em 2017, fruto da luta frente às condições burocráticas que encontraram Luiza e apoiadores. Hoje, a oralidade e toda a história do negro ganham a possibilidade de difusão e expressão de sua cultura por meio das ferramentas do letramento, historicamente negado aos negros (Silva, 2020).

Silva (2020), apresenta referência ao valor e ao significado da questão espiritual, essa sendo um símbolo fundamental para a identificação deste grupo. A importância do espaço territorial é uma característica específica deles, configurando extrema relevância para os quilombolas enquanto grupo minoritário. Assim, Maria Luiza descreve que:

Deija contou para Tia Doca que era filha de escravos, e que o espiritismo começou na senzala, e que vinha passando de geração para geração, e que ela era a quarta geração, mas que estava passando muita dificuldade porque as pessoas não respeitavam e não aceitavam o espiritismo, e já tinha sido até presa, e que todos os mês tinha que pagar um cruzeiro para bater os tambores (Maria Luiza Marcelino, Quilombola. Lamento de um povo negro, 2015, p.18).

Outro ponto fundamental na construção da identidade deste povo é a relação que estabelecem com a sua história de luta e resistência, anteriormente contra a prisão e o jugo, hoje contra a invisibilidade e negação da existência desses sujeitos como quilombolas (Furtado et al, 2014). Com isso, Viana (2020) traz que é fundamental tomar consciência sobre o processo de constituição da memória e formação identitária do Quilombo de Ubá, pois estão permeados pelo apagamento histórico, pela invisibilidade e marginalização. A ancestralidade do Quilombo Namastê de Ubá permanece viva a partir da memória material, imaterial e espiritual.

Ainda neste sentido, Viana (2020), traz que a presença de uma mãe-de-santo, preta e quilombola em Ubá, representando uma comunidade que tem mais tempo do que a própria cidade, chega a assustar e incomodar, uma vez que uma comunidade quilombola ancestral remonta um passado apagado pela cidade. A comunidade evidencia um passado que transcende a um presente racista, e traz conflitos internos na estrutura que nega a existência de racismo na contemporaneidade.

A construção identitária da Comunidade Quilombola de Ubá, de acordo com Viana (2020), é fruto de uma matrilinearidade construída há séculos, de um passado colonial e sua existência é a prova de um outro lado da história. O descarte da presença histórica de uma grande população de negros escravizados na região é um relato contada pela elite e pelo poder público, porém, tal narrativa não atinge a comunidade ou as pessoas presentes nas redes de Luiza e sua família.

O autor relata em sua pesquisa que:

Uma vez morando lá por aproximadamente cinco meses me deparei com grande parte de sua população (até mesmo servidores públicos e população negra) que não sabiam da existência da comunidade quilombola liderada por Maria Luiza, além do constante discurso reproduzido de que comunidades quilombolas já haviam acabado. Nesse momento a história e postura oficial que se encontra na cidade choca diretamente com a história conhecida e vivida por Luiza e seus antepassados como relata inclusive em sua obra 'Quilombola: Lamento de um Povo Negro' (Viana, 2020, p.13).

Em concordância com o autor acima, Furtado *et al.* (2014) argumentam que existe um estigma da invisibilidade, atribuído a um passado histórico em que era necessário esconder-se para continuar existindo, mas que atualmente é questionado pois essas comunidades tiveram que se tornar visíveis para reivindicar seus direitos perante o Estado. Direito como a posse da terra, a luta pela garantia dos territórios, a principal bandeira do movimento quilombola. Dessa forma, os remanescentes de quilombos têm enfrentado inúmeras questões perante o Estado e a sociedade:

[...] O que não parece ser aceito ou entendido é o fato da comunidade representar e fazer parte da historiografia da cidade e região não só por trazer um retrato do que foi o colonialismo em sua parte bruta e violenta, mas também por fazer parte da construção da cidade e da resistência da cultura de povos tradicionais brasileiros como uma das comunidades tradicionais da Zona da Mata (Viana, 2020,p.16).

Ainda para Viana (2020)

[...] São inúmeros os perigos a que Luiza está exposta. Além das tentativas do poder público de tomar suas terras (ainda não demarcadas) e tirá-la dali, da falta de participação da prefeitura na promoção e proteção da comunidade, estando sempre entre uma possibilidade de apagamento ou sobrevivência que torna cada vez mais difícil as tentativas de trazer um pouco de sustento para sua comunidade.

A Psicologia Social pode servir como uma forma de compreensão da identidade quilombola, bem como a forma como a Comunidade se fundamenta enquanto grupo. Outro ponto importante é que a citada teoria pode ser utilizada como possibilidade de reflexão para o resgate e a manutenção de discussões a respeito da ancestralidade. Em termos individuais, a Psicologia reside justamente na tentativa de compreender o indivíduo em sua singularidade, essa que contém tanto a internalização como a expressão de sua condição histórica e social, sua ideologia e relações vividas. O resgate da singularidade do sujeito consiste, em última instância, na apreensão do processo particular pelo qual se dá a construção de sua consciência (Aguiar, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho foi possível analisar como as condições individuais, históricas, culturais e sociais nos movimentos de configuração identitária são importantes, pois é a partir da relação entre eles que se situam as questões relativas à construção da identidade. Nessa perspectiva, investigar a identidade do Quilombo Namastê de Ubá-MG se torna possível ao se pensar no processo como uma construção vinculada ao contexto histórico, e não fora dele. Dessa forma, conforme apresentado ao longo do artigo, é possível reforçar a relevância do tema abordado, visto que ele pode trazer certa visibilidade à situação que o Quilombo Namastê vem sofrendo.

Durante o desenvolvimento da pesquisa foi plausível apresentar dados e informações que contribuem de forma significativa ao campo de estudo da Psicologia Social, pois conforme observado, a análise da identidade da comunidade quilombola fez-se necessária ao demonstrar que esses indivíduos vivenciam aspectos subjetivos, em que não é vivenciada uma identidade coletiva, podendo ser justificada pela tentativa de apagamento histórico.

A umbanda, na figura de Maria Luiza através da tradição oral, faz permanecer viva a identidade dessa comunidade, onde são transmitidos os conhecimentos, aprendizados e memórias às gerações posteriores, o que aponta para a necessidade de trabalhos que auxiliem em uma possibilidade de reflexão quanto a esta realidade. Tais discussões podem utilizar, como base, a própria Psicologia Social no que diz respeito aos impactos sofridos nestes

indivíduos, uma vez que pôde-se constatar a invisibilidade com que são tratados tanto na história da própria cidade quanto pelo poder público municipal que, mesmo com os apelos de Luíza, ainda não se encontram abertos a escutar suas demandas.

Dessa maneira, a identidade assume uma configuração mutável, está em constante processo de construção e não há como pensar em um conceito acabado sobre a identidade dos quilombolas neste trabalho, uma vez que ela vai se reconfigurando por meio de um movimento dialético em contínua transformação.

Assim, a identidade quilombola da Comunidade Namastê em Ubá-MG configura-se a depender do contexto social em que vive, da época histórica em que ela se encontra e do posicionamento que assume diante destes. No presente momento, percebe-se que quem mantém o simbolismo da comunidade é a pessoa da Maria Luiza e sua família, que sustentam as tradições e as raízes da comunidade Namastê, que ativamente lideram essa comunidade, lutando para garantir os direitos e o reconhecimento do quilombo Namastê. Contudo, com intervenções possíveis de serem realizadas pelas políticas públicas, por meio de rodas de conversa propostas pelo CRAS, por exemplo, algo na presente situação de descaso e invisibilidade pode se modificar, acarretando uma identidade social mais reconhecida para a cidade.

Os conteúdos aqui apresentados demonstram que muitas outras pesquisas ainda podem ser realizadas sobre a Comunidade quilombola Namastê em Ubá-MG, devido à importância do tema e inúmeras contribuições para o meio acadêmico, com a finalidade de resgatar essa comunidade do esquecimento histórico.

REFERÊNCIAS

Aguiar, W. M. J., (2000), Reflexões a partir da psicologia sócio-histórica sobre a categoria consciência. *Cadernos de Pesquisa*, nº 110, p. 125-142.

Batista, E. C., & Rocha, K. B. (2019). Sentidos e Práticas em saúde mental em comunidades quilombolas no Estado de Rondônia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(n.spe), 22-37. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003222123>

Benedito, M. S., & Fernandes, M. I. A. Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40 (n.spe), 1-16.

Bock, A. M. B, (1999). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia* 1999, 4(2), 315-329

Delmondez, P. & Pulino, L. H. C. Z. (2014). Sobre identidade e diferença no contexto da educação escolar indígena. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 632-641.

- Félix-Silva, A. V., Soares, G. P., Santos, A.C., Rigoti, L. M. B., & Nascimento, M. V. N. (2019). A Psicologia no contexto das comunidades tradicionais: Da emergência étnica à perspectiva ético-estético-política. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(n.spe), 130-146.
- Fernandes, S. L., Galindo, D. C., Valencia, L. P. (2020). Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas. *Psicologia em estudo*, 25, e45031.
- Freitas, D. A., & Caballero, A. D., & Marques, A. S., & Hernández, C. I. V., & Antunes, S. L. N. O. (2011). Saúde e comunidades quilombolas: uma revisão da literatura. *Rev. CEFAC*, 13(5),937-943
- Furtado, M. B., Sucupira, R. L., & Alves, C. B. (2014). Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da Psicologia cultural. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 106-115.
- IBGE: PIB per capita. Em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uba/panorama>.
- Marcelino, M.L. (2015). *Quilombola. Lamento de um povo negro*, S/E.
- Portaria Nº 98, de 26 de novembro de 2007. Que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo. <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>
- Prefeitura de UBÁ. (2010). Ubá – História e Evolução, por Comunicação Portal Fácil, Prefeitura de Ubá. <http://www.uba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/uba---historia-e-evolucao/6495>
- Resolução Conselho Federal de Psicologia Nº 005/2003 – de 14 de junho de 2003.* Reconhece a Psicologia Social como especialidade em Psicologia para finalidade de concessão e registro do título de Especialista. https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2006/01/resolucao2003_5.pdf
- Sales, A. F., & Edmundo, O. J. C. (2020). Afetividade no território quilombola: Uma práxis possível da psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40 (n.spe), 1-13.
- Schwarz, I. M. & Gomes, F. S., (Orgs.). (2018) *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. Companhia das Letras.
- Silva, L. B., (2020), *Lamento de um Povo Negro. O trabalho da memória de uma mestra dos pontos cantados de umbanda na Comunidade Quilombola Namastê - Ubá/MG*. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Música, da Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Souza, B. O. (2008). *Aquilombar-se: panorama histórica, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro*. [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Strey, M. N., Jacques, M. G. C., Bernardes, N. M. G., Guareschi, P. A., Carlos, S. A., Fonseca, T. M. G. (2013). *Psicologia Social Contemporânea: livro-texto*. Vozes
- TV Um. Rede Minas. (Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=siWHjTVI0AY>, 2011).

Viana, M. R. (2020). De 1836 até aqui: Histórias de vidas, lideranças e espiritualidade de Maria Luiza Marcelino (Ubá/MG). [Monografia]. Instituto de Ciências Sociais -ICS. Departamento de Antropologia -DAN, Universidade de Brasília -UnB. Distrito Federal.